

Políticas de formação/profissionalização/qualificação docente e a atuação de redes colaborativas de comunidades científicas na educação no contexto neoliberal/neoconservador

Dulce Mari da Silva Voss (UNIPAMPA)
dulcevoss@unipampa.edu.br

1 Introdução

O trabalho discute a produção de políticas de formação/profissionalização/qualificação docente no contexto neoliberal/neoconservador a partir da análise das metas dos Planos Nacionais de Educação e de dados referentes aos recursos públicos empregados na educação e na remuneração do trabalho docente.

Parte-se do entendimento de que as políticas educacionais que afetam a formação/profissionalização/qualificação docente, em voga no atual contexto brasileiro, se constituem de modo complexo e plural e não predeterminado idealmente. A pluralidade de demandas de distintos indivíduos/grupos, podem tornarem-se equivalentes e/ou antagônicas nas disputas travadas no campo político. Demandas equivalentes são formadas mediante alianças revestidas de poder hegemônico ou contra hegemônico (LACLAU, 2005).

As políticas educacionais se configuram em um campo político de disputas e embates entre demandas aliadas aos interesses do neoliberalismo e do neoconservadorismo e demandas de comunidades científicas e de educadores/as que, por muitas vezes, se colocam na contramão das políticas hegemônicas, mas que nem sempre escapam as seduções mercadológicas.

2 Desenvolvimento

Políticas educacionais neoliberais intensificam o caráter da educação como serviço aliado à moral empreendedora que acaba por acirrar a competitividade entre instituições, campos científicos, grupos de pesquisa e profissionais que neles/as atuam. Entram em

ação tecnologias biopolíticas de governo das condutas, como as estatísticas, padrões numéricos, índices, que agenciam performances empreendedoras, pois, “não se trata de assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de conceder a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar os riscos” (FOUCAULT, 2008, p. 198).

Conforme indicam as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Federal nº 13.005/2014, de expansão de matrículas na educação superior, no setor público (meta 12); de melhoria na qualificação entendida como elevação da titulação em nível de pós-graduação (metas 13, 14 e 16).

As metas de expansão da oferta de matrículas e elevação da titulação via formação à distância e na rede privada são outros indicativos claros da precarização da educação. Como mostra o levantamento do Instituto de Estudos Sócioeconômicos (INESC), o investimento público em educação pública está em queda nos últimos cinco anos. Entre 2019 e 2021, diminuiu R\$ 8 bilhões em termos reais (de R\$ 126,6 bilhões para R\$ 118,4 bilhões). O investimento continua no percentual de 5,6 do PIB, em 2022. Dados que mostram o enxugamento de recursos públicos e os cortes orçamentários em educação, o que compromete e retarda ainda mais o alcance da meta 20 do PNE, a qual prevê a elevação progressiva do patamar do investimento referente ao Produto Interno Bruto (PIB) de 7% para 10% em educação, até 2024 (ano final da vigência do PNE).

Avanço da privatização na educação que se dá também pela responsabilização dos próprios sujeitos em galgar níveis mais elevados na escalada profissional, alcançar melhores desempenhos e obter uma remuneração mais digna. Desse modo, a valorização dos profissionais da educação (meta 18) passa a requer o investimento material e imaterial de cada educador/a e pesquisador/a na sua formação/profissionalização/qualificação para que possa garantir os avanços previstos nos planos de carreira e nos salários.

Embora a remuneração também faça parte da política de valorização profissional e tenha resultado na institucionalização do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), Lei nº 11.738/2008, em muitos municípios e estados a lei não é cumprida. Assim mostra o levantamento realizado entre os meses de março a abril de 2015 pela Diretoria de Valorização dos Profissionais da Educação do próprio Ministério da Educação (MEC), que vinte e seis estados da Federação e o Distrito Federal não pagam o salário correspondente ao PSPN aos/às professores/as. Da mesma forma, 40,7% não estruturam

a jornada de trabalho conforme estabelecido na Lei nº 11.738/2008. O mesmo levantamento foi feito em 26 capitais brasileiras. Destas, 23,1% não pagam o valor atualizado do PSPN e 61,5% não estruturam a jornada de trabalho de acordo com que estabelece a citada lei (MASSON, 2016).

Políticas neoliberais têm convergido na direção das demandas neoconservadoras, expressas por ataques às ciências, à autonomia das instituições e cerceamento à pesquisa, pela vigilância do trabalho docente e controle sobre os currículos. As instituições de ensino públicas e os profissionais que nelas atuam tem sido alvo de críticas, de desprestígio, de vigilância e perseguição moralista por movimentos neoconservadores – tais como: a “Escola sem partido”, principal agente disseminador do discurso de “ideologia de gênero”, da defesa do ensino domiciliar e da militarização da educação via institucionalização de escolas cívico-militares (VOSS, 2022).

Contudo, alianças políticas, como a associação de segmentos neoliberais e neoconservadores, não contemplam plenamente e de maneira uniforme os distintos interesses em jogo. Pois, toda aliança é contingente e precária, e essa condição de provisoriedade precisa ser levada em conta nas análises de políticas. Há que se perceber as movimentações de outras demandas que, postas no exterior constitutivo das alianças hegemônicas, estão propícias a produzirem novas articulações em movimentações contra hegemônicas.

3 Considerações Finais

Redes colaborativas mobilizam e multiplicam a produção e socialização de conhecimentos científicos e favorecem a consolidação das ciências em todas as áreas científicas. Na educação, essas redes são formadas por comunidades científicas que, entre outras práticas e políticas, investem na formação/qualificação docente, no desenvolvimento e na divulgação de estudos, pesquisas e debates, por meio de ações políticas, coletivas e solidárias. É o que acontece com a atuação de comunidades científicas em redes colaborativas a exemplo da Associação Nacional de Pesquisadores/as da Educação (ANPED), da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), da Associação Nacional pela Formação dos profissionais da Educação (ANFOPE), dentre outras entidades que congregam pesquisadores/as engajados na defesa da educação pública, da justiça social e dos direitos dos profissionais da educação.

Comunidades que têm se posicionado e atuado na contramão das políticas educacionais cunhadas pelo neoliberalismo e o neoconservadorismo.

A atuação em rede de comunidades científicas do campo da educação que se dedicam a produção de pesquisas e conhecimentos acerca das políticas de formação/profissionalização/qualificação docente e se coadunam em torno de interesses comuns, articulando seu engajamento ético e ação política, reverbera o pensamento de Stetsenko (2023), autora que propõe a reconstrução do conceito de agência na abordagem do desenvolvimento humano, afastando-o do hábito de passividade. A autora se refere a ideia de desenvolvimento humano em relação ao que somos ou podemos ser no mundo em que vivemos, o que seria ou poderia ser uma sociedade mais humana e justa e qual o compromisso que assumimos nesse projeto. Presença e ação no mundo que exige posicionamento ético. Especialmente quando o que se faz envolve a educação e a produção científica.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.738**, de 16 de julho de 2008. Estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de julho de 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.055**, de 25 de junho de 2014. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de junho de 2014.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. 1ª ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo. Coleção Tópicos, 2008.

LACLAU, E. **La razón populista**. Buenos Aires, FCE, 2005.

MASSON, G. Requisitos essenciais para a atratividade e a permanência na carreira docente. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 140, p. 849-864, 2017.

STETSENKO, A. Agência radical-transformadora: continuidades e contrastes em relação à agência relacional e implicações para a educação. Tradução de Roberto de Andrade Lota, Revisão de Elizabeth Macedo, **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, e21106, p. 1-24, 2023

VOSS, D. M. S. Práticas de interpretação e tradução na produção científica do neoconservadorismo e das políticas educacionais neoconservadoras. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, e20704, 2022, p. 1-22.